



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

XXVIII Encontro de Lisboa

Realizado pela primeira vez fora de Lisboa, o XXVIII Encontro de Lisboa dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCPLP) teve lugar em Díli, nos dias 15 e 16 de outubro de 2018. Uma coorganização do Banco Central de Timor-Leste e do Banco de Portugal, o Encontro foi ocasião privilegiada para um debate franco e frutífero, perante uma abrangente audiência e o interesse dos meios de comunicação locais, beneficiando do acolhimento inexcelável do Banco Central de Timor-Leste.

Na sessão pública, que contou com uma apresentação do Governador Abrão de Vasconcelos sobre os desenvolvimentos do sistema financeiro de Timor-Leste, o Governador do Banco de Portugal convidou os altos responsáveis dos bancos centrais presentes para um debate sobre os principais desafios e lacunas dos sistemas financeiros dos seus países. Destacaram-se preocupações comuns, centradas na eficiência do sistema e na sua legitimação perante a sociedade. Na sessão de trabalho, os BCPLP discutiram a atividade, resultados e perspetivas da cooperação.

O Diretor Executivo da constituição brasileira no FMI, Alexandre Tombini, que também representa Cabo Verde e Timor-Leste, foi orador no jantar oficial associado ao arranque dos trabalhos, tendo proferido uma intervenção sobre a conjuntura económica global e os seus desafios, com enfoque nas preocupações atuais das economias emergentes e nas temáticas da Global Policy Agenda, apresentada pela Managing Director do Fundo por ocasião das Reuniões Anuais realizadas em Bali nos dias imediatamente anteriores ao Encontro. O Diretor Executivo destacou que pela primeira vez o relatório anual do FMI foi publicado em português e já se encontra disponível na internet.

Após o encerramento dos trabalhos, o BCTL proporcionou às delegações oportunidade para um conhecimento mais aprofundado da história e tradições de Timor-Leste.

Sessão pública

O XXVIII Encontro de Lisboa realizou-se em Díli, nos dias 15 e 16 de outubro de 2018. Reuniu os bancos centrais dos países de língua portuguesa, representantes das instituições financeiras internacionais, das instituições financeiras locais, o banco central das Ilhas Salomão, instituição com afinidades no contexto regional de Timor-Leste, bem como representantes da sociedade civil e académicos. Organização conjunta do Banco Central de Timor-Leste (BCTL) e do Banco de Portugal (BdP), o inexcelável acolhimento do BCTL proporcionou um debate franco e frutífero, perante uma abrangente audiência e interesse dos *media* locais.

Na intervenção de abertura, o Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, referiu o excelente relacionamento entre o BdP e o BCTL, desde a sua criação em 2000, bem como com as instituições que estiveram na sua génese. Congratulou-se, em particular, pelo sucesso dos quadros timorenses beneficiários do programa de Bolsas de Estudo do Banco, para formação

pós-graduada em Portugal, elemento importante para o desenvolvimento e consolidação do BCTL. Notou o facto de o BCTL desempenhar a função (única entre os BCPLP) de gestor do Fundo Soberano de Timor-Leste, cujo valor tem crescido de uma forma praticamente contínua nos últimos 10 anos. Apesar de ser uma instituição recente, o BCTL abraçou essa sofisticada tarefa – que inclui uma relevante componente acionista – a qual tem permitido a obtenção de interessantes taxas de retorno.

Referiu o dinamismo em termos de intensidade, variedade e abrangência da cooperação técnica do Banco de Portugal: em 2018, deverão concretizar-se mais de 130 ações, envolvendo cerca de 280 dos seus técnicos e mais de 400 técnicos de outros bancos centrais. Referiu também as publicações de cooperação do BdP divulgadas nesse mesmo dia, a *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste* e o *# Lusofonia*, como exemplos da valorização crescente dos veículos de comunicação. Destacou, como resultados do ano em curso, a adoção pelo Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC) da carta *International Central Bank Cooperation: ESCB Best Practices*, inspirada nos princípios e recomendações adotados pelos BCPLP e fez uma breve referência aos 20 anos do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde que este ano se assinalam. A este propósito, enfatizou como a disciplina monetária e orçamental, a capacitação institucional e as reformas estruturais introduzidas em Cabo Verde tornaram consensual a opção estratégica tomada, permitindo o sucesso do regime cambial adotado de *peg* ao euro. Terminou recordando a mensagem de Bali *the winter is coming*, tornando a coordenação fundamental.

O Governador do BCTL, Abraão de Vasconcelos, após referência à importância que atribui à cooperação entre o BCTL e o BdP, iniciada em 2000, apresentou a evolução do sistema financeiro em Timor-Leste desde a fundação e consolidação, caracterizada pela criação das condições necessárias ao restabelecimento dos serviços financeiros, com ênfase nos enquadramentos regulatórios e de supervisão. A etapa atual, de integração, apresenta duas vertentes chave: o desenvolvimento de um sistema de pagamentos eficiente e a promoção da literacia e educação financeiras. A fase em perspetiva será a da inovação. Esta, alicerçada no *Plano de Desenvolvimento do Sector Financeiro* aprovado pelo BCTL, tem como principais objetivos a modernização de serviços e regulamentos, promovendo as instituições e a sua aceitação, alavancando a intermediação financeira.

Carlos Costa convidou os restantes governadores e altos representantes dos BCPLP para um debate sobre os principais desafios e lacunas dos sistemas financeiros dos seus países.

As intervenções evidenciaram preocupações comuns aos vários sistemas, com condicionantes internas e externas a que urge dar resposta. A nível dos fatores internos, a necessidade de uma mais eficiente captação e utilização da poupança, passando por um sistema de concessão de crédito menos penalizante para o novo utilizador. A inclusão e formação financeiras e o combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo constituem igualmente desafios transversais (referidos por Rogério Zandamela, Governador do Banco de Moçambique, Carlos Rocha, Administrador do Banco de Cabo Verde e Pedro Castro e Silva, Administrador do Banco Nacional de Angola), salientando-se as implicações relacionadas com a manutenção das contas de correspondentes em alguns países. Entraves ainda significativos na sua maioria inerentes ao ambiente de negócios com reflexos negativos na atividade financeira, mais concretamente a dependência de quadros legais e jurídicos nacionais com significativas deficiências mormente em matéria de segurança jurídica e excessiva burocracia, ressaltaram como fatores externos penalizantes (referido, entre outros, por Helena Nosolini, Diretora Nacional do BCEAO na Guiné-Bissau).

Foram também elencadas outras preocupações, designadamente relacionadas com a necessidade de dispor de centrais de responsabilidade de crédito e a identificação única do cliente bancário, as lacunas de comunicação que agravam a confiança no sistema financeiro e os elevados níveis de crédito em incumprimento. A economia informal foi também citada como um fator limitativo da eficácia da política monetária.

A vocação de Macau como plataforma financeira e interlocutor privilegiado entre a China e os países de língua portuguesa foi destacada por Benjamin Chan, Presidente da Autoridade Monetária de Macau.

Menção, por último, aos progressos em várias áreas, como as novas tecnologias e as *fintech*, exemplos de caminhos a seguir para mitigar os riscos apresentados. A cibersegurança é ainda um desafio a ganhar.